

## ACRE

## O Legislativo exige poderes

DILMA TAVARES  
Correspondente

Rio Branco — Segundo o presidente da Assembleia Legislativa do Acre, deputado Manoel Machado (PMDB), após o dia 20 deste mês será criada uma comissão para analisar, elaborar e, posteriormente, adaptar a Constituição do Estado à nova Carta Magna.

A Constituição acreana é praticamente cópia fiel da Constituição de São Paulo e, para alguns deputados, sequer foi adaptada. Todos são unânimes em garantir que apesar dela ter sido copiada de outra programada para um Estado bem mais desenvolvido, está quase totalmente defasada. Todavia, a maioria ainda não está preocupada em revisá-la visando a sua modificação, preferindo esperar pela comissão.

Alguns já têm propostas de mudanças definitivas, como o deputado pedessista Edmundo Pinto, que pretende mudar desde o brasão das armas do Estado até o regime jurídico dos servidores públicos, atribuindo prerrogativas dos secretários de Estado aos diretores da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça.

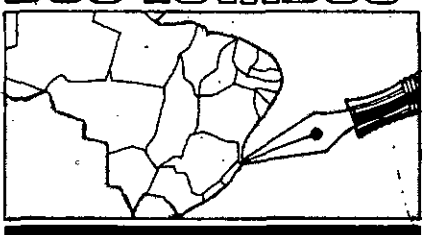
Num ponto, entretanto, grande parte deles concorda: uma das principais modificações que deve ser feita tem que visar ao fortalecimento do Legislativo de forma que garanta a supremacia deste sobre os demais poderes. Os deputados garantem que a independência e harmonia entre os poderes constituídos são uma utopia, alegando que o Legislativo e o Judiciário dependem do Executivo.

Outros acreditam que a atual Constituição estadual proporciona poderes em excesso ao governador, "tornando-o um ditador", conforme define o líder do Governo na Assembleia, Ariosto Pires Miguéis (PMDB). Eles querem que a Nova Carta determine que toda matéria financeira passe por aprovação do Legislativo (o que é proibido na atual) e que a equipe de Governo passe pelo crivo dos deputados.

O presidente da Assembleia Legislativa, Manoel Machado, quer inclusive que a nova Constituição estabeleça que o governador pode ser cassado pelo Legislativo por incompetência e deficiências administrativas. Um dos únicos que defende maior liberdade ao Executivo é o deputado peemedebista Atila Viana, embora também entenda, que o Governo deve prestar contas à Assembleia Legislativa mensal ou bimestralmente.

Outro ponto em que quase todos concordam é que um dos mais prejudicados com a defasagem da Constituição é o Judiciário que, conforme alegam, está com atuação limitada. Querem que este poder tenha condições de aplicar penas mais pesadas aos infratores. Manoel Machado, inclusive, defende a pena de morte para autores de crimes considerados bárbaros.

## CONSTITUINTE DOS ESTADOS



## CORREIO BRAZILIENSE

Santa Catarina já estuda o regimento interno para a sua Constituinte. Os deputados de Mato Grosso querem eliminar uma Constituição com resquícios do Estado Novo, renovando-a com a democratização. E a Assembleia de Alagoas pretende consultar a sociedade para refazer sua Carta.

## SANTA CATARINA

## Regimento interno já em preparação

LUIZA TARANTO  
Da Sucursal

Florianópolis — A Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou na semana passada um requerimento com a aprovação das bancadas do PMDB, PDS, PFL, PDT, PDC e PT, para que iniciem de imediato os estudos para a elaboração de um anteprojeto para o funcionamento do regimento interno da Assembleia Estadual Constituinte. A preocupação de todos os líderes das bancadas é no sentido de evitar os contratempos que ocorrerem na Assembleia Nacional Constituinte. Tão logo promulgada a nova Constituição federal, querem começar os trabalhos para refazer a nova Carta estadual.

Para isso, foi criada uma comissão que está coletando dados e ouvindo sugestões de todos os segmentos da sociedade catarinense, para traçar os primeiros contornos da nova Constituição estadual. Em fevereiro último, quando iniciaram os trabalhos legislativos, ficou decidido que os trabalhos para a readaptação da Constituição estadual em relação à federal serão deflagrados no início do segundo semestre, quando, esperam os depu-

tados, o perfil da Constituição federal já esteja traçado.

O deputado Júlio Cesar Garcia, líder da bancada do PFL, considera essencial que as prerrogativas do Poder Legislativo sejam devolvidas na íntegra, para que os parlamentares possam efetivamente governar junto com o Executivo e não somente se limitarem a criticar os atos do Governo. Hoje estamos totalmente tolhidos do processo governamental. Qualquer projeto nosso, já que somos oposição ao governo estadual, é vetado pelo Executivo.

Garcia defende uma divisão maior entre os poderes do Legislativo e Executivo, pois afirma que os 40 parlamentares representam toda a sociedade catarinense e estão aptos a implantar uma nova política administrativa que venha a satisfazer plenamente a comunidade. O líder pefelista quer principalmente uma maior agilização do poder Judiciário, aumentando o número de varas nas comarcas.

Idêntico pensamento tem o deputado Paulo Afonso Vieira, vice-líder do PMDB, advogado e com mestrado em Ciência Política nos Estados Unidos, para quem a atual

Constituição estadual traz consigo os reflexos da federal, e portanto guarda no seu bojo todo o conteúdo autoritário que foi imposto à Nação pelo regime militar. Vieira quer uma ampla reforma tributária, para que definitivamente a Federação passe a existir no País. No entendimento do deputado peemedebista, quanto maior for a autonomia dada aos Estados pela nova carta federal, mais ricas e diversificadas serão as constituições estaduais, provocando uma regionalização positiva no País, pois as prioridades de cada Estado divergem profundamente entre si. Vieira lembra que para isso também é necessário que a Constituição federal seja sintética.

Gilson dos Santos, líder do PDS na Assembleia catarinense, não se mostra tão otimista em relação à Constituição federal. Afirmando que está um pouco descrente quanto à devolução das prerrogativas ao Legislativo, torce para que as assembleias estaduais possam legislar sobre matéria tributária.

O PDS está pensando em deflagrar uma campanha a nível estadual, para ouvir os catarinenses e acatar suas propostas para a nova Constituição estadual.

## ALAGOAS

## Comissão consulta a sociedade

RAIMUNDO GOMES  
Correspondente

Maceló — A Assembleia Legislativa de Alagoas pretende ajustar a Constituição estadual, no prazo máximo de três meses após a promulgação da Carta Magna federal em 15 de novembro, às peculiaridades locais e regionais. Uma comissão interpartidária, formada de nove deputados, já está trabalhando com este objetivo, ouvindo e colhendo subsídios da sociedade civil.

Presidida pelo deputado José Medeiros (PTB), a co-

missão concluiu no início deste mês a primeira etapa dos trabalhos: uma minuta com sugestões encaminhadas aos constituintes alagoanos e lideranças partidárias no Congresso Nacional. O documento não apresenta qualquer novidade. E apenas mais um reforço às muitas sugestões levadas de todo o País à Constituinte.

— No momento em que o País se prepara para a adoção de uma nova ordem constitucional, Alagoas apresenta subsídios recolhidos da opinião de seus representantes e do debate político, preparando-se pa-

ra acompanhar os trabalhos que serão travados na Assembleia Nacional Constituinte, apresentando, quando julgar necessário, seus pontos de vista e opiniões.

Assim, a comissão estadual interpartidária concluiu o documento enviado à Constituinte. Seus membros, contudo, não têm idéia ainda de como serão feitas as modificações na Constituição estadual. "Estamos ouvindo e colhendo sugestões de todos os segmentos da sociedade, mas qualquer alteração vai depender da Constituição federal", explica Medeiros.

## PARAIBA

## Um projeto de quem tem pressa

RUBENS DE ABREU  
Correspondente

João Pessoa — Os 36 deputados estaduais de Paraíba serão levados à condição de constituintes estaduais no mesmo instante em que for promulgada a nova Constituição Federal, que está sendo elaborada pelo Congresso Nacional, conforme estabelece um projeto de autoria do líder do Governo, Ramalho Leite (PMDB), que conta com uma bancada de 19 membros para aprová-lo.

O projeto ainda tramita, mas é o único do gênero apresentado, demonstrando que os parlamentares não estão ainda se interessando pelo assunto, apesar da atual Constituição estadual, promulgada ainda no regime militar de 1969, conter artigos confusos, nos tempos atuais. Um deles é o de número 56, que ainda estabelece eleição para os cargos de governador e de vice-governador, depois de 30 dias de vacância.

Acontece que a Paraíba não tem vice-governador. Raimundo Asfora, ex-deputado federal, se matou nove dias antes de tomar posse como vice de Tarcísio Burty e até hoje não se resolveu fazer eleição para o cargo, ficando o presidente da Assembleia Legislativa com a missão de governador o Estado nas ausências de Burty.

Esclarece Ramalho Leite que tão logo os deputados sejam levados à condição de constituintes estaduais, será formada uma comissão de 15 membros, escolhidos entre eles, na base da proporcionalidade, o que permitirá ao PMDB indicar oito, contra quatro do PFL e três do PDS. A comissão terá a finalidade de elaborar o projeto da nova Constituição estadual, mas todos seus membros, assim como o restante dos parlamentares, continuarão legislando ordinariamente sem "prejuízos para os trabalhos cotidianos da casa legislativa", assegurou Ramalho Leite.

## MATO GROSSO

## Aberração tem dias contados

LUCKY DE OLIVEIRA  
Correspondente

Cuiabá — Resquícios da Velha República de Getúlio Vargas e dos tempos da ditadura militar, a Constituição de Mato Grosso, apesar de haver sofrido várias emendas na década de 80, permanece muito longe dos anseios populares e mais próxima de legisladores despreparados que acabam aprovando leis até mesmo julgadas inconstitucionais por acórdão do Supremo Tribunal Federal. Tais aberrações, até então "justificadas" pela ignorância da matéria de direito e pela distância que se para a região dos centros culturais do País, parece ter seu fim com data marcada: é que um embrião de mudanças no estabelecimento das leis está em gestação na Assembleia Legislativa.

O deputado estadual Hermes de Abreu (PMDB) saiu na frente de seus companheiros e propôs uma discussão ampla com todos os segmentos da sociedade mato-grossense para subsidiar o que seria a "nova Constituição" de Mato Grosso, pressupondo ouvir, em seminários nos municípios do Estado, o básico para constar no documento máximo do Estado. Nesse sentido, uma comissão de deputados, foi instalada na Assembleia para gerir o projeto. Só que até agora não saiu da proposta visto que esbarrou no óbvio, isto é: como o País não tem ainda sua nova Constituição, como o Estado pode fazer a sua se deve subordinar-se à Federação? Só se colocar o carro na frente dos bois...

Mas esta idéia nasceu, na verdade, no município de Rondonópolis, a 250 quilômetros da capital, a mais importante cidade do interior do Estado. Incentivada pelo deputado federal João Hermann (PMDB-SP) e encampada pelo atual prefeito, Fausto Faria, também presidente da Associação dos Municípios Mato-Grossenses, a idéia saiu do discurso e passou à prática.

"As leis mais importantes são as municipais, porque elas incidem diretamente no cidadão, ao contrário das legislações estadual e federal que são abstratas", diz Faria, ao defender a reversão da distribuição dos tributos hoje em prática no País. "Sem uma reforma tributária séria e de verdade não vamos ter mudanças", sentenciou ele.

A discussão da "Constituinte municipal", que tem até um jornal para informação do público rondonopolitano, por idealização do secretário municipal de Comunicação, jornalista José Calixto de Alencar, um dos mentores do projeto, tomou tal rumo que até esvaziou os trabalhos da Câmara Municipal.

ANC 88

Pasta 16 a 21  
Maio/87